



**SINDOS SAÚDE - SP**

**FETSS CNTSS CUT**

Jornal do Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde no Estado de São Paulo - Ano XIV - Nº 98 - Maio/2006

**CAMPANHA SALARIAL 2006**

# **SAÚDE EM ESTADO DE GREVE**

**NEGOCIAÇÃO OU  
PARALISAÇÃO**  
30 e 31 de maio

**AVISE O GOVERNO  
A SAÚDE VAI PARAR**

**ASSEMBLÉIA GERAL - 26 DE MAIO**



# Data-base Vitória do Funcionalismo

Em sessão extraordinária, foi aprovado na Assembléia Legislativa no dia 26 de abril projeto de lei que estabelece a database de todo o funcionalismo estadual. O Governo enviou o PL 906/05 com data-base no mês de maio. Porém, acatando reivindicação das entidades sindicais, a Assembléia alterou o mês para março.

A data-base é uma grande conquista do funcionalismo. É uma reivindicação histórica da categoria e está na pauta de suas campanhas salariais desde a primeira greve, durante o governo de Paulo Maluf, em 1979. Sua aprovação próxima ao dia 1º de Maio é mais um estímulo à luta dos trabalhadores. Sua persistência durante 27 anos não foi em vão. A vitória chegou e fortalece a luta do funcionalismo estadual por salário digno e melhores condições de trabalho.

O projeto de lei teve origem em um acordo das lideranças partidárias no ano passado quando o tema foi incluído como emenda, a pedido das entidades sindicais da categoria, em um projeto do executivo sobre o funcionalismo, aprovado em 4 de outubro. Na época, o Governo se comprometera a enviar até 15 de dezembro o projeto regulamentando a data-base e um sistema de negociação. Parte do acordo foi cumprida. O projeto de data-base foi enviado pelo executivo para a Assembléia Legislativa.

O projeto agora deve ser sancionado pelo governador e passa a vigorar a partir de 2007.

## Mas não significa reajuste automático

Porém a instituição de uma data-base no mês de março não significa reajuste salarial automático. Por isso reivindicamos a instalação de um processo de negociação.

Agora as entidades do funcionalismo continuarão a luta para que seja instituída uma mesa de negociação permanente com o Governo, com regras claras e regulamentadas, para que a negociação entre trabalhadores e Governo não fique na dependência da vontade do governante de plantão.

# ESTADO DE

## VAMOS PARAR DIAS 30 E 31 DE MAIO

Em assembléia geral, dia 9 de maio, trabalhadores estaduais da Saúde decretaram estado de greve.

Caso o Governo do Estado não apresente contraproposta a nossas reivindicações até 26 de maio, vamos parar a Saúde nos dias 30 e 31 de maio, organizando os locais de trabalho para uma greve em junho se necessário.

O Sindsaúde-SP entregou a pauta de reivindicações no dia 10 de março. Desde então, busca negociar com o Governo. A Casa Civil recebeu o Sindicato no dia 17 de abril e pediu um prazo para avaliar a pauta. Também ficou acordado que o Sindsaúde-SP e a Coordenadoria de Recursos Humanos da Secretaria da Saúde fariam estudos sobre incorporação de gratificações e reajuste de salário.

O Sindsaúde-SP e a Coordenadoria de RH da Saúde realizaram três reuniões, nos dias 24 de abril, 2 e 5 de maio. Nessas reuniões, a Coordenadoria apresentou um estudo de custos para incorporação de gratificações e um reajuste em torno de 6%. O Sindsaúde-SP, com

os dados públicos do orçamento e os fornecidos pela Secretaria, mostrou que é possível o reajuste de 30% reivindicado pelos trabalhadores da Saúde.

Como até o momento, o Governo não apresentou nenhuma proposta concreta, os trabalhadores decidiram dar um prazo até 26 de maio, quando haverá nova assembléia geral. Caso o Governo não apresente sua contraproposta, os trabalhadores paralisarão a saúde nos dias 30 e 31 de maio, organizando os locais de trabalho para uma greve em junho.

A expectativa do Sindsaúde-SP é que o processo de negociação com a Casa Civil tenha continuidade. Para isso, além de já ter solicita-

do audiência com o secretário da Casa Civil, está buscando o apoio de deputados da Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa que foi fundamental para a abertura das negociações.

Assembléia Geral  
dia 9 de maio de 2006  
Quadra do Sindicato dos  
Metroviários



Jailton Garcia



Jailton Garcia



# GREVE NA SAÚDE

## 30% É JUSTO E VIÁVEL

Desde 2004, a folha de pagamento do Estado está bem abaixo do limite prudencial de 46,5% da Lei de Responsabilidade Fiscal. Esse era o argumento do Governo para não reajustar os salários dos trabalhadores da Saúde durante anos.

### Dinheiro tem

A previsão de arrecadação do Estado em 2006 aponta um aumento em torno de R\$ 5 bilhões e os 30% que reivindicamos representariam apenas R\$ 531 milhões no total da folha de pagamento do funcionalismo estadual.

Ou seja, o reajuste reivindicado significa apenas um impacto de 3,2% de aumento da folha total de pagamento e 0,87% da arrecadação do Estado. Os funcionários da Saúde representam 11,5% do total do funcionalismo e custam 8,8% da folha.

### Política Salarial Diferenciada

O Governo adotou nos últimos anos uma política salarial diferenciada para o funcionalismo, privilegiando a área gerencial, como as chefias da Saúde, o próprio governador e seu staff - secretários e superintendentes de autarquias - bem como setores importantes do funcionalismo, como Educação e Segurança Pública.

### Gerências e Chefias privilegiadas

As gerências e chefias na Saúde tiveram no começo de 2005 aumento de até 370% no seu Prêmio de Incentivo, significando até R\$ 2.000,00 a mais no bolso. O salário do governador passou de R\$ 12 mil para R\$ 17 mil, e seus secretários e superintendentes de autarquia também obtiveram reajuste diferenciado.

Na Saúde, a política salarial nos últimos anos

se restringiu a reajustes na forma de gratificações e os salários se tornaram os mais baixos do funcionalismo estadual.

Essa política resultou em perda da remuneração em caso de doença, em caso de municipalização, no caso de fundações e autarquias. Recentemente, a implantação de plantões extras piorou a situação. Os poucos que foram convocados recebem a mais, porém trabalham muito mais dentro dos hospitais, prejudicando seriamente sua saúde.

### Piso

Hoje o piso na Saúde é de R\$ 510,00. Com os 30% de reajuste passaria para R\$ 663,00. No bolso desse trabalhador, representaria R\$ 153,00 a mais. Mesmo assim o piso continuaria abaixo de 2 salários mínimos, como já foi na década de 90.



### Exemplos de alguns cargos da Saúde

| Cargo                     | Salário Base Atual | Salário Total Atual (sal. base + gratificações) | Com 30% de Reajuste | Salário Médio Mercado (Folha S.Paulo) |
|---------------------------|--------------------|---|---------------------|---------------------------------------|
| Auxiliar de Enfermagem    | 90,22              | 737,50  | 958,75              | 1.236,00                              |
| Enfermeiro                | 187,82             | 1.106,06  | 1.437,87            | 2.470,00                              |
| Médico                    | 217,05             | 1.446,15  | 1.879,99            | 1.957,00                              |
| Assistente Administrativo | 94,90              | 584,94  | 760,42              | 902,00                                |
| Psicólogo / Fonoaudiólogo | 187,82             | 927,31  | 1.205,50            | 1.323,00                              |

Observação: Há mais de 100 cargos na área da Saúde do Estado. Os exemplos usados no quadro acima servem como parâmetro para os demais cargos.



## 8º Congresso do Sindsaúde-SP







### Implantando nosso projeto

Etapa Estadual - dias 13, 14 e 15 de julho de 2006



# ESTADO DE GREVE

## Deliberações da Assembléia de 9 de maio

-  Mobilização dos trabalhadores em cada local de trabalho, com as Comissões Sindicais de Base e diretores regionais do Sindsaúde-SP
-  Assembléias Locais de 15 a 24 de maio para organização da paralisação
-  Atos e panfletagens regionais e nos locais de trabalho de 15 a 24 de maio, divulgando à população nossa carta aberta sobre a dificuldade de negociar com o Governo
-  Continuidade da divulgação de nossa Campanha Salarial junto a parlamentares de cada região
-  Próxima Assembléia Geral - 26 de maio (local a definir)
-  Paralisação dias 30 e 31 de maio

## Nossa Caminhada

- 22/02/06: Conselho Estadual de Delegados Sindicais de Base delibera pauta e estratégias
- 10/03/06: Entrega da pauta ao Governo
- 24/03/06: 1ª Assembléia Geral, com Ato Público em frente à Secretaria da Saúde e reunião com o Governo para abertura de negociação
- 17/04/06: 1ª Reunião de negociação com o Governo, na Casa Civil
- 18/04/06: 2ª Assembléia Geral, com Ato Público em frente à Assembléia Legislativa
- 24/04/06: Reunião com a Coordenadoria RH da SES
- 02/05/06: Reunião com a Coordenadoria RH da SES
- 05/05/06: Reunião com a Coordenadoria RH da SES
- 09/05/06: 3ª Assembléia Geral

## Nossa Pauta de Reivindicações



### Reposição de Perdas Salariais

Reajuste salarial de 30% sobre o total dos vencimentos para recomposição de perdas salariais acumuladas

### Incorporações das Gratificações

Incorporação das diversas gratificações que compõem a atual remuneração ao salário base.

### Elevação do Piso Salarial

Elevação do atual piso salarial do Estado para o equivalente a 2 salários mínimos.

### Vale-Refeição

Aumento do vale-refeição de R\$ 4,00 para R\$ 10,00.

### Prêmio de Incentivo

Extensão do Prêmio de Incentivo para os trabalhadores municipalizados, os trabalhadores do Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto, do Hospital das Clínicas de São Paulo, do Instituto Dante Pazzanese e das Fundações.

### Implantação do Plano de Carreira

Encaminhamento do projeto elaborado em 2001 pelo Governo do Estado e Sindsaúde-SP.

### Aposentados

Extensão e incorporação das gratificações recebidas pelos trabalhadores ativos na Saúde do Estado para aposentados.

### Jornada de Trabalho

Regulamentação da jornada de trabalho de 30 horas semanais para todos os trabalhadores da Saúde, cumprindo acordo com o Governo Estadual de 1997.

### Assédio Moral

Aplicação da Lei nº 12.250 contra o assédio moral, sancionada em 09/02/06, e implementação de políticas afirmativas de combate ao assédio moral.

### Melhores Condições de Trabalho e Atendimento à População

Garantia de condições dignas ao trabalhador da Saúde e conseqüente melhoria das condições de atendimento à população.

### Manutenção do Emprego e Contratações através de Concurso Público

Contratação de pessoal por meio de concursos públicos conforme definido na Constituição Federal e reversão da política de terceirização.